

 **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004**

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

**A
QUESTÃO
SOCIAL
NO NOVO
MILÉNIO**

email lusoafrobrasileiro@ces
url <http://www.ces.uc.pt/LA>

Cabo Verde: Desafios económicos e a estruturação do Estado.

**Do Estado-Providencia (sem contribuintes) ao liberalismo
sem empresários. O ciclo da I República¹**

António Leão Correia e Silva

Esta comunicação versa sobre a influência dos desafios económicos na configuração do Estado. A hipótese da determinação económica na estruturação política do Estado constitui um tema recorrente em Sociologia Política. Inúmeros autores abordaram-na em estudos tanto de natureza empírica como teórica. A institucionalização dos regimes de democracia pluripartidária em África reactivou esta problemática. Quase por associação espontânea vários autores advogaram uma casualidade, que pretendem evidente, entre os programas de ajustamento estrutural, aplicados um pouco por todo o continente ao longo da década de 80, e a crise, no final do mesmo decénio, dos regimes

¹ Esboço preliminar de uma comunicação a ser apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004

monopartidários então vigentes. Vão neste sentido os escritos de Van de Walle², J. Herbst³ e Westebbe, para só citar os mais recentes. A hipótese é realmente tentadora.

Se é incontestável que, na grande maioria dos casos, a crise dos regimes monopartidários foi efectivamente precedida por uma longa e profunda crise económica, autorizando-nos, por isso, à formulação da relação causa-efeito entre as variáveis em apreço, contudo um olhar mais atento e aproximado dos processos políticos desabona qualquer tipo de economicismo ou relação mecânica entre a economia e a política. Aliás, estudos vários têm estado a complexificar a relação entre a crise económica e os fenómenos de mobilização política, contrapondo ao mecanicismo reinante um tipo de causalidade mais subtil e mediatizada. Invoquemos aqui os escritos de Philippe Hugon⁴, de Didier Bigo⁵, as reservas e os questionamentos de Lars Rudebeck⁶, etc.

O que nos parece digno de ressalva nesses trabalhos, por contraditório com o senso comum, é o facto, posto em realce por estes autores, de a mobilização política contra o poder monopartidário e a sua consequente penalização eleitoral não serem maiores lá onde a sua performance económica foi baixa, engendrando efeitos sociais mais dramáticos. Não foram, com efeito, os países mais endividados, mais marginalizados e mais pobres os que conheceram as mais fortes pressões internas no sentido da mudança de regime político. A hipótese tradicional, segundo a qual a penúria e a privação conduzem à deslegitimação e mobilização popular contra o poder instituído, apesar da sua aparente lógica, não é, em muitos casos, corroborada pelos factos. A constatação deste desfazamento incita-nos a procurar um novo modelo de explicação causal. Impõe-se-nos aqui o recurso ao famoso paradoxo de Tocqueville, exposto na sua referencial

²N. Van De Walle, "Political Liberalization and Economic Reform Policy in Africa", *World Development*, 22, Abril, 1994

³"The Dilemmas of Explaining Political Upheaval: Ghana in Comparative Perspective, p. 182-198, in Widner J. A., *Economic Change and Political liberalization in Sub-Saharan Africa*, John Hopkins University Press, Baltimore, 1994.

⁴Philippe Hugon, "Les Effets des Politiques d'Ajustement sur les Structures Politiques Africaines" in *L'Afrique en Transition vers le Pluralisme Politique*, Economica, Paris, 1993.

⁵Didier Bigo, "La Délégitimation des Pouvoirs entre Politique du Ventre et Démocratie", in *L'Afrique en Transition...*, *op. cit.*, 1993.

⁶Lars Rudebeck, "Politics and Structural Adjustment in a West-African Village", in Rudebeck, L. *When Democracy Makes Sense: Studies in Democratic Potential of Third World Popular Movements*, Akut, Uppsala, 1992.

obra "O Antigo Regime e a Revolução"⁷. Segundo este autor não é indo de mal a pior que se cai na revolução, como vulgarmente se pensa. No entender de Tocqueville, as conjunturas de crescimento económico e as de descompressão política contêm muito mais probabilidades de gerar rupturas políticas do que aquelas onde reinam a estagnação e a repressão. O recente processo de mudança política em Cabo Verde terá sido um exemplo histórico de paradoxo de Tocqueville? Estamos em crer que sim.

Em 1990, no fim dos anos 80, conhecidos como "a década perdida para a África", Cabo Verde faz crescer o seu PIB a uma taxa média anual de 6%, ou seja, cerca de duas vezes mais do que a dos estados do CILSS (comité inter-estados de luta contra a seca no Sahel), seis vezes superior à dos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa) e, ainda, 12 vezes acima da média continental. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁸ do arquipélago é, igualmente, significativamente maior aos dos três conjuntos acima referenciados.

Quadro I

Países	Índice de Desenvolvimento Humano
Cabo Verde	0,428
África Sub-Sariana	0,246
Sahel	0,136
PALOP	0,244

Fonte: Michel Lesourd, *État et Société aux îles du Cap Vert*, Paris, Karthala, 1995

Cabo Verde é, da mesma forma, o único dos PALOP e um dos raros países africanos que não conhece, no transcurso dos anos 80, qualquer programa de ajustamento estrutural ou do tipo. O Estado não sofreu aqui, à semelhança de numerosos países africanos, o processo de desintegração institucional. Por conseguinte, não se pode dizer com propriedade que em Cabo Verde a coisa pública tivesse sido, ao longo dos 15 anos de monopartidarismo, submetida a uma lógica de gestão neo-patrimonialista no interior

⁷Alexis Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*, editorial Fragmentos, Lisboa, 1989.

⁸O referido índice integra o comportamento das seguintes variáveis: esperança de vida, o nível de alfabetização e o poder de compra. André Guichaoua e Yves Goussault, *Sciences Sociales et Développement*, Armand Colin Éditeur, Paris, 1993.

da qual o Estado tenha sido espoliado em benefício de interesses privados e clientelares dos seus servidores⁹. O arquipélago não constituiu terreno de eleição de um modelo de exercício de poder, assaz comum em África, lapidarmente designado por François Bayart de "politique du ventre" ou "gouvernementalité du ventre"¹⁰.

Apesar da especificidade económica de Cabo Verde no contexto africano, sumariamente caracterizada nas linhas anteriores, o país conhece, como os demais estados do continente, uma profunda crise política no final da década de 80. No entanto, não deixou de ter sido precisamente neste estado arquipelágico, a despeito da sua performance económica, o país onde a classe dirigente monopartidária foi objecto de uma excepcional penalização eleitoral, tendo por referência o quadro das eleições multipartidárias africanas dos anos 90. Face ao exposto caímos facilmente na tentação de renunciar de procurar na dinâmica económica uma das causas da mudança de regime político caboverdiano. Não obstante, propomos como linha de análise a hipótese da determinação económica no desencadear dos impulsos da mudança política em Cabo Verde.

Impõe-se contudo uma advertência: advogamos uma causalidade complexa diferente do tipo crise económica-crise política, até porque o conceito de crise não está isento de ambiguidades. Ele pode albergar dinâmicas económicas bem diversas umas das outras, ou seja, crises com e sem crescimento económico, processos com e sem degradação do nível de vida das populações, etc. A heterogeneidade de situações reais que o conceito recobre retira-lhe alguma operacionalidade analítica. De que natureza é a crise económica caboverdiana dos finais dos anos 80?

II. O modelo

Os impulsos no sentido da mudança de regime em Cabo Verde coincidem com a crise de expectativas em relação ao modelo de desenvolvimento adoptado no que se refere à

⁹Neste ponto torna-se preciso fazer intervir antigas heranças na explicação deste fenómeno. Cabo Verde, diversamente das demais colónias africanas do Império Colonial Português, possuía desde há muito uma classe de funcionários públicos dotada do que se pode chamar fazendo apelo à sociologia weberiana de Ética Burocrática. Max Weber, "Os Fundamentos da Organização Burocrática: uma construção do tipo ideal" in *Sociologia da Burocracia*, org. Edmundo Campos, Zahar Editores, 1ª edição, Rio de Janeiro, 1971.

sua capacidade de superação progressiva da estrutura económico-social que se tinha vigorado desde a independência nacional ou mesmo antes. Portanto, no fim da década passada, não se está apenas perante uma mera conjuntura depressiva, no interior da qual a economia perde velocidade de crescimento. Na verdade, a crise é bem mais do que isso. É da própria estratégia de desenvolvimento que, sem embargo o seu funcionamento a níveis ainda considerados performantes, deixa no entanto de alimentar a expectativa quanto a sua possibilidade de vir a criar a médio prazo um processo de desenvolvimento auto-sustentado.

A moderna formação social caboverdiana vive da transferência, sem contrapartida económica, de recursos financeiros, alimentares e técnicos do Exterior para o Estado caboverdiano. Trata-se de recursos captados de forma graciosa ou concessional (remessas e ajuda pública), posteriormente distribuídos pelo Estado e suas agências. Se este constitui, por um lado, o mecanismo central de regulação social, por outro, ele será concebido estrategicamente pelo Estado nacional como mola propulsora de criação de um processo de desenvolvimento. Duas exigências claramente distintas. Se a administração dos influxos financeiros (não e sub-comerciais) tendo como objectivo a regulação social é incontestavelmente bem sucedida, sendo um dos pilares da boa imagem do Estado caboverdiano, a criação de um processo de desenvolvimento sustentado mantém-se, diversamente, um desafio problemático e incerto.

III. Origem e Desenvolvimento do modelo

Realce-se que este modelo económico-social de tipo assistencial é, na verdade, anterior à independência. Ele surge como resposta institucional à falência da "economia civil" ocorrida na sequência da seca de 1968. A capacidade endógena de satisfazer as necessidades internas decaiu rápida e bruscamente no decurso da referida estiagem. O déficite crescente da balança comercial é um dos expressivos indicadores da crise. A taxa de cobertura das importações pelas exportações é de 17% em 1970, 7% em 1971, 4.3% em 1972 e de 3.3% em 1973. Em consequência o auto-consumo camponês reduz-se e

¹⁰Jean François Bayart, *L'État en Afrique, La politique du ventre*, Fayart, Paris, 1989.

grande parte da população do arquipélago torna-se doravante consumidora por intermédio do mercado. As crescentes taxas de monetarização são disso testemunhas¹¹.

O Estado, neste contexto, passa a ser, em razão da falência da economia civil, o mecanismo assegurador da reprodução biológica e social da então Província de Cabo Verde. Assiste-se em consequência a um significativo aumento das despesas públicas visando absorver a população "liberta" pela seca. A rigor o Estado não se encontra preparado para atender de pronto as novas e urgentes demandas sociais. Por isso os novos encargos vão ser financiados pelas despesas extraordinárias que, na então conjuntura, não cessam de aumentar, ganhando peso no conjunto dos gastos públicos. Elas são de 40% em 1965, 49.6 em 1968 e de 57.4% em 1971. A questão a que não se pode furtar consiste em saber quem financia a expansão das despesas públicas, visto as fontes internas de colectas fiscais se encontrarem, tal como a produção interna, em contracção. Quem dota a sociedade caboverdiana da capacidade de consumo, isto é, de importação acima dos seus níveis reais de produção e exportação de bens e serviços?

Na verdade não deixa de ser paradoxal a coincidência, no mesmo momento, de uma profunda retracção da actividade produtiva e exportadora por um lado, e o aumento correlativo dos gastos públicos, da massa monetária, das disponibilidades cambiais, da importação e do emprego por outro. Numa economia "normal", o comportamento deste último conjunto de variáveis estaria positivamente correlacionado com o desempenho da produção e exportação de bens e serviços. Se tal não se verifica no nosso caso é porque a expansão das despesas públicas, da massa monetária e do emprego é impulsionada por forças exógenas, independentes da dinâmica endógena da economia.

Note-se que o crescimento económico num contexto da estagnação da produção interna só é possível devido a magnitude das transferências financeiras, públicas e privadas, em favor da empobrecida província de Cabo Verde. São estes fluxos que permitem financiar as despesas orçamentais extraordinárias impostas pelos efeitos sociais derivados da seca. Através de investimentos públicos, se é que assim se lhes pode chamar, sobretudo nas áreas de obras públicas e desenvolvimento rural, o Estado

¹¹ João Estevão, "Sistema monetário, monetarização e drenagem de divisas, Cabo Verde no fim do período colonial (1962-1973), in *II Colóquio Internacional de Ciências Sociais*, Bissau, Novembro, 1991.

emprega a população vitimada pela seca e por essa via distribui de forma socialmente ampla rendimentos salariais a camadas sociais que doutro modo morreriam de inanição. Nesta medida os investimentos públicos realizados no âmbito do Plano de Fomento ou através das verbas do Programa de Apoio permitiam criar nas populações uma capacidade de consumo acrescida em relação à produção. Este fenómeno induz à expansão da massa monetária que, na realidade, mais não é do que a conversão das transferências cambiais em escudos caboverdianos. A contrapartida cambial é em 1967 responsável por 54,9% da emissão monetária, atingindo a cifra de 69,3% em 1971¹².

A província vive, de 1968 à independência, à custa de empréstimos, reembolsáveis ou não, concedidos pelo governo português de então e suplementarmente das divisas de emigrantes caboverdianos no exterior. É a afirmação precoce do modelo. O que surge inicialmente como eventual, esporádico e conjuntural tende a tornar-se com o tempo em dados permanentes e estruturais. É a estruturalização do conjuntural.

Com o advento da independência nacional o Estado pós-colonial vê-se obrigado ele também a reproduzir o modelo assistencial já esboçado pelo Estado Tardo-Colonial. A ruptura marcelista de 1968 e a nacionalista de 1974/1975 inauguram e aprofundaram o carácter profundamente extrovertido da formação social caboverdiana, instaurando assim o nascimento do Cabo Verde contemporâneo. A partir dessas datas a reprodução da sociedade caboverdiana passa a depender vitalmente da distribuição pelo Estado de recursos financeiros captados de forma graciosa no Exterior. Se se impõe reconhecer que o Estado nacional corrigiu e reconvertiu o modelo distribucionista posto em prática pelo Estado tardo colonial não se pode todavia deixar de constatar que, no essencial, o modelo de reprodução social é o mesmo. Com uma diferença porém: as transferências fazem-se agora no quadro da comunidade internacional e não no seio do Império.

Este modo de reprodução social induz à modelação institucional do Estado. Ele cria uma diplomacia orientada essencialmente para a captação de donativos. Neste sentido o pós-independência provocou um relativo recentramento do país no espaço diplomático internacional, traduzindo-se numa maior aproximação ao Ocidente (donde aliás provinha a maior parte dos fluxos de ajuda), posição diversa daquela que havia tido o

¹²Balancetes das dependências do Banco Nacional Ultramarino (BNU), Praia.

PAIGC durante a luta de libertação. Um diplomata estrangeiro acreditado na cidade da Praia escrevera em 1976 o seguinte acerca do reposicionamento diplomático do novo Estado: "perante o momentoso problema da carência alimentar o governo de Cabo Verde...tem-se acostado a países de ambos os blocos"¹³. O autor justifica-se referindo a uma concessão por parte dos Estados Unidos de um empréstimo de 3 milhões de dólares ao Estado Caboverdiano. "Enquanto a Guiné-Bissau sofre a influência de Moscovo (como resultado dos anos de guerra em que procurou os seus apoios a leste)" conclui a fonte "Cabo Verde segue uma política pragmática, de abertura a todos os lados..."¹⁴.

No plano interno preconiza-se um estado de funções sociais e económicas maximalistas. A Constituição de 1980 atribuía ao Estado as mais amplas prerrogativas económicas. Segundo o texto da lei fundamental eram "propriedade do Estado o subsolo, as águas, as riquezas minerais, as principais fontes de energia, os meios básicos da produção industrial, os meios de informação e comunicação, os bancos, os seguros, as infra-estruturas e os meios fundamentais de transporte"¹⁵. O desempenho do papel assistencial implicou, além disso, o controle de preços dos produtos e serviços essenciais e o estabelecimento de monopólios estatais.

A estrutura social bipolar, caracterizada por uma Pequena Burguesia burocrática e urbana, de fraco peso demográfico, no topo, e um imenso campesinato, analfabeto e vitimado pela seca, na base, cria condições sociológicas a um regime político de feições vanguardistas, sustentado por uma participação popular dependente e dirigida pelo Partido.

O modelo de regulação que, por comodidade de expressão, designamos de distribucionista não deixa de se reflectir na estrutura orçamental do Estado. Nela o peso relativo das despesas públicas com motivações e finalidades assistenciais destaca-se, desde a primeira hora, como a principal componente dos gastos públicos. Logo a seguir

¹³Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Vitor Evangelista, Circular PAAZ 18-XI-76.

¹⁴AMNE, id, ibid. A redefinição da estratégia diplomática da classe política caboverdiana a seguir à independência parece ter provocado um conjunto de fricções nas relações do país com a União Soviética. A assinatura do acordo comercial soviético-caboverdiano não deu lugar a do acordo de pesca tal como tinha acontecido com a Guiné-Bissau. Aliás, Moscovo vê-se frustrado quanto às possibilidades de uma ampla utilização da posição geo-estratégica das ilhas. C.f. Vinhais, tese de Estado, Brasília, 1990.

¹⁵Aristides Lima, *Reforma Política em Cabo Verde, do paternalismo à modernização*, edição do autor, Praia, s/d.

à independência o OGE contemplava três categorias de despesas a saber: as operações (despesas ordinárias e operacionais do Estado), as emergências (despesas extraordinárias) e por fim as despesas das empresas autónomas. Por ora interessa-nos preferencialmente a segunda categoria. Ela é composta integralmente pelas transferências de doadores (multilaterais e bilaterais) em favor do Estado caboverdiano, que as aplica maioritariamente nos projectos em zonas rurais tendo em vista o provimento de emprego às famílias camponesas afectadas pela seca. A preponderância nítida dos gastos de emergência no cômputo das despesas denota a orientação assistencial da política económico-social do Estado caboverdiano.

Quadro: classificação das despesas públicas

categorias	1977	1978
operações	41,4%	30,4%
emergências	45,3%	59,07%
empresas autónomas	13,2%	10,48%
	100%	100%

Fonte: Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 1977 e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 1978, Direcção Geral das Finanças, Praia, 1977, 1978

Uma outra faceta do assistencialismo é a expansão do emprego público. Tanto na Função Pública como nas empresas do Estado ou mesmo nas frentes de assalariamento de camponeses vitimados pela seca o número de empregados não cessa de crescer. Convém sublinhar, a despeito das suas fraquezas, que o modelo económico-social assente na distribuição pelo Estado dos donativos alcançou inegáveis êxitos. Citemos alguns emblematicamente: a reflorestação, a redução acentuada da taxa de analfabetismo, a formação de quadros, o aumento da esperança de vida e queda pronunciada da mortalidade infantil.

Apesar de elogios internacionais à capacidade nacional de gestão da ajuda recebida desde os inícios dos anos 80 que a questão da superação progressiva do modelo distribucionista se coloca com acuidade à classe dirigente. Criar um modelo de desenvolvimento capaz de se subtrair à dependência dos influxos financeiros externos, nomeadamente os donativos e as remessas de emigrantes, gerando ele mesmo os recursos necessários à sua expansão passa a ser o desafio central do país. Para isso havia que construir sectores e empresas economicamente rentáveis. A aposta consiste na criação de empresas que permitissem ao país não apenas a substituição de importações como ainda conquistar quotas do mercado externo.

A estrutura institucional do desenvolvimento nacional é o sector empresarial do Estado. Fazendo recurso ao capital externo, adquirido em condições comercialmente favoráveis, as empresas públicas deveriam pôr em marcha um processo de acumulação que permitisse num só tempo gerar recursos financeiros, reduzir do déficite da balança comercial e ainda absorver a mão-de-obra.

No entanto sem que passasse despercebido o desafio do desenvolvimento autónomo revelava ser, em vários aspectos, contraditórios com a vigência do distribucionismo estatal. Os objectivos políticos e sociais eram compatíveis com os económicos?

A pressão do emprego, isto é, a necessidade social de absorver o desemprego fazia sobredimensionar as recém-nascidas empresas públicas. De 1985 a 1989 os gastos salariais assumem um peso incomportável nas empresas do Estado. Mas as contradições não ficam por aqui. Em alguns casos a política macroeconómica, nos seus aspectos cambial, comercial e pautal, favoreceu a persistência da lógica do donativo em detrimento nítido do incremento da produção interna e a exportação. Os regimes pautal, comercial e cambial tornam a importação, mesmo a de bens não essenciais, fácil, barata e abundante. Além disso, o Governo submete às empresas do Estado ao controle de tarifas e preços o que as faz depender amiúde dos subsídios e transferências para poderem sobreviver.

No final do I Plano os ganhos não são significativos. Tanto no que ao emprego diz respeito como no que tange aos efeitos induzidos na balança comercial. Agravada por

um ritmo galopante de crescimento demográfico a taxa de desemprego mantém-se alta, ou seja, na ordem dos 25-26%. É a população jovem a mais penalizada. Em 1986, no final do I Plano, a performance das empresas públicas encontra-se longe de poder ser classificada de brilhante. A Enacol¹⁶ e a ASA registaram quebras de receitas na ordem de 17,6% e 16,2% respectivamente. Quase todas as grandes empresas públicas vêm diminuir nesse ano os seus "cash-flow"¹⁷.

As possibilidades de institucionalização de um modelo autónomo de desenvolvimento parecem mais sombrias na segunda metade do decénio. Na vigência do II Plano aumenta a proporção dos empréstimos relativamente aos donativos. As condições de financiamento já não são tão benevolentes como haviam sido no período compreendido entre 1982 e 1986. A curto prazo surgirão os encargos da dívida externa. Em 1987, o segundo ano do Plano, os serviços da dívida com o exterior representam cerca de 20% das receitas do Estado¹⁸.

Mesmo a balança dos serviços tradicionalmente positiva é conjunturalmente afectada pelo embargo americano aos aviões da SAA. As repercussões são imediatas nas contas da ENACOL, ASA, SHELL caboverdiana, o sector hoteleiro, TACV, etc, isto é, todo o sector cujo desenvolvimento assenta na rentabilização da posição geo-estratégica do país.

Em 1988, o próprio sucesso na gestão da ajuda penaliza o país. Cabo Verde a partir de então passa a fazer parte do grupo de países de rendimento médio deixando de pertencer aos PMA, beneficiários de condições mais concessionais de ajuda. A segunda metade do decénio o país enfrenta o abrandamento do ritmo de crescimento.

Se é certo que a economia real continua a crescer, se é verdade que o país não conhece rupturas económicas que põem em causa a credibilidade do Estado como sendo o não pagamento de funcionários públicos, quebras no abastecimento, etc, é, no entanto, forçoso reconhecer-se que se assiste a uma progressiva degradação das expectativas. A crise situa-se primordialmente a nível psicológico da economia. É por

¹⁶-Empresa Pública de Abastecimento de Combustíveis

¹⁷-Fernando Gil Évora, "Cabo Verde Economia é (tem que ser) inovação", in *África*, 2/3/1988.

¹⁸-Relatório do Governo, op. cit., 1988.

demais conhecido a importância das expectativas na definição das estratégias dos actores políticos.

O espaço de visibilidade reduz-se. Nos países africanos onde vigoram modelos políticos próximos do caboverdiano a crise económica engendra efeitos sociais dramáticos. A Argélia, país de referência para os dirigentes caboverdianos, vive um Outubro sangrento em 1988. No mesmo ano, o Benin, Estado igualmente socialista ou socializante, encontra-se praticamente insolvente. No ano seguinte os conflitos agudizam-se no antigo Dahomey. Neste contexto o Estado caboverdiano tenta uma fuga em frente. Adopta uma atitude muito mais tolerante face ao informal visando com isso minorar o desemprego. O Estado chega mesmo a retomar a iniciativa pondo em marcha um processo de reconversão do projecto económico. Fala-se em reorientação ou Extroversão da economia. O III Congresso do PAICV, realizado em Novembro de 1988, consagra ao mais alto nível a nova estratégia¹⁹. Esta consiste no apelo e mobilização explícitos ao investimento estrangeiro directo e à iniciativa privada caboverdiana, anteriormente relegados para um plano secundário.

É a reconversão económica que induz às primeiras reformas políticas, isto é, à reconfiguração das prerrogativas jurídicas do Estado. A reorientação acarreta como efeito a redução do espaço económico atribuído ao Estado "maximalista" do modelo anterior. O processo desemboca imediatamente na revisão constitucional, revisão essa que dá lugar à publicação do código de investimento externo e da nova lei do trabalho. Esboça-se um novo ambiente legislativo. Fica então explícita a ligação entre a reconversão económica e a dinâmica política.

A mudança assenta em dois pressupostos: a atractividade do país no que diz respeito ao capital externo (público e privado) e a capacidade da iniciativa privada nacional em investir nos sectores-locomotiva da economia o que quer dizer sectores geradores de recursos de investimento; o mesmo é dizer divisas. No entanto, a operacionalização de ambos os pressupostos apresenta enormes dificuldades pelo menos a curto e médio prazo. Se é certo que o desenvolvimento do mercado interno tinha feito emergir, dada a estrutural rigidez da oferta nacional - uma classe

¹⁹III Congresso, *Relatório do Conselho Nacional*, Grafedito, Praia, 1988.

relativamente próspera de comerciantes-importadores não é porém menos verdade que esta não se mostra capaz de investimentos nas áreas de serviços e da indústria dotadas de competitividade internacional. As expectativas da classe dirigente em relação à capacidade empresarial nacional estavam, sabêmo-lo hoje, claramente inflacionadas. O que tanto a pequena burguesia de comerciantes importadores como a de quadros querem e requerem é a redução de atribuições económicas do Estado. Estes actores sociais, incapazes de abrir novos espaços económicos na industria e nos serviços de modo a substituir as importações e a ganhar quotas do mercado mundial, contentam-se em investir em negócios de ciclo económico curto quase na exclusividade assentes na importação. Por isso o impacto da liberalização económica dos finais dos anos 80 e inícios dos anos 90 longe de se relevar positiva para a balança comercial e de pagamento do país, agrava os défices crónicos das mesmas.

Seja como for é o modelo estadocêntrico que estas classes sociais contestam, ávidas de subtrair ao Estado certas oportunidades de realização de lucros. Desgastados pelos controles e dificuldades do Estado assistencial e seduzidos pela miragem liberal, os “rabidantes” do sector informal, os comerciantes-importadores, os quadros com profissões liberais, pressionam a classe política no sentido da mudança de regime. O descontentamento económico desemboca no protesto político. Os controles (pautal, cambial, salarial, comercial,etc) impostos pelo Estado distribucionista figuram desde a primeira hora no repertório dos protestos dos comerciantes-importadores, dos quadros, “rabidantes”, profissionais liberais, etc. Se a identidade ideológica deste vasto movimento não é clara, contudo, ela deixa entrever, por entre as suas expressões contraditórias, a exigência do desengajamento estatal. Aspira-se à liberalização das importações, do comércio das divisas, ao relaxamento pautal, ao alargamento do espaço destinado às profissões liberais, etc.

Mas há também "fontes" de descontentamento nas camadas sociais que demandam, dentro de uma lógica de negociação conflitual, a melhoria de atendimento assistencial que lhes é prestado. É o caso dos trabalhadores das Frentes de Mão-de-Obra Intensiva (FAIMO), 1/3 da população activa caboverdiana em 1990. Neste ano sofrem atrasos nos pagamentos, salários baixos e o encerramento de várias frentes devido a problemas de financiamento. A promessa de triplicação de salários das frentes feita

pela oposição, então incipiente nos primeiros meses de 1990, constituiu, sem dúvida, um precioso recurso de mobilização política.